

Literatura de autoria feminina - mulheres em cena, na história e na memória

Female authorship Literature: Women in the history and in the memory

Débora Cristina Esser¹

RESUMO: Opressão, submissão e silenciamento são algumas das palavras que acompanharam a mulher brasileira ao longo de cinco séculos de história. O patriarcalismo exacerbado e a dominação masculina se deram em diferentes áreas da sociedade, fazendo com que as vozes femininas fossem sufocadas por meio da violência física e moral, dentro e fora de seus lares. Se o século XXI, dispõe-se à equidade de gênero nas mais variadas esferas sociais, é porque, durante muito tempo, grupos feministas apoiados pelos Estudos Culturais e as Teorias de Gênero, projetaram-se de modo a revelar o papel da mulher na sociedade, sem que distinções físicas e biológicas interferissem na construção identitária de cada uma delas. No que tange à criação literária, a mulher assumiu muito mais do que o papel de autoria de obras autênticas e originais, foi por meio de sua projeção enquanto escritora, que a mulher do século XX passou a se libertar das amarras opressoras fomentadas pela publicação de obras de autores homens, que construíram com exclusividade o cânone literário nacional e universal, relegando a mulher ao papel de personagem e leitora de tais obras. Ao participar das criações literárias, as mulheres passaram a reconstruir suas identidades, revelando ao mundo escritoras capazes de contribuição ao cânone literário, assim como profissionais engajadas na educação, política e em diferentes áreas da sociedade do pós-guerra.

PALAVRA-CHAVE: Literatura. Identidade. Gênero

ABSTRACT: The purpose of this study is to analyze the process of Brazilian women's search for equality, concerning cultural and social areas over five centuries. Oppression, submission and silence used to be common words for women during this period in the history. The extreme patriarchal system and the sexism in different areas of society prevented the female rights from expressing their opinions. This study process involved the research on significant articles, books and magazines related to gender equalities. The present achievements of women in the country are due to the work of feminist movements supported in Cultural Studies and Gender Theories that led women to represent an equal role in the society. As a result, women in the twentieth century got rid of the sexist oppression and besides producing remarkable writings, they improved their identities revealing themselves as skilful people able to contribute to the literary canon as well as diligent professional in education, politics and different areas of society in the postwar period.

Keywords: Literature. Identity. Genre

¹ Graduada em Letras Português e Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Aluna do programa de Mestrado em Letras pela mesma instituição. E-mail: debora_esser@hotmail.com

Desde a criação do mundo, a mulher sempre ocupou um papel inferior ao do homem, sendo, por muito tempo, relegada ao espaço privado do lar, onde era vista como um ser destinado aos afazeres domésticos e, biologicamente, como reprodutora da espécie humana, aquela que detinha o dom da maternidade – nada mais. Porém, a história das mulheres vai muito além disso, como propõe Mary Del Priore (2012), ao acusar o pensamento retrógrado de que a simbologia em torno da mulher está limitada por funções domésticas e maternais. Para Priore, Peggy Sharpe, Luiza Lobo e tantas outras estudiosas do gênero, mostrar a mulher como elemento chave na dinâmica social é um exercício que acarreta diretamente na evolução e construção da história.

Estudos sobre a vida de mulheres em diferentes épocas reforçam as teorias de gênero que lutam desde meados do século XX para responder e esclarecer dúvidas acerca dos moldes patriarcalistas aos quais as mulheres foram submetidas, deixando-se silenciar por mais de quatro séculos de história no Brasil. Para os estudos de gênero, a mulher não pode ser estudada separadamente de outros elementos que constituem sua realidade social, ela faz parte de um quebra-cabeça que envolve o ser humano em todas as suas classificações: homem, mulher, criança, pai, mãe, profissional, etc. “Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral: a do Brasil, ou mesmo aquela do Ocidente cristão”. (PRIORE, 2012, p. 8)

Vale ressaltar que, desde o início de sua criação, a figura da mulher sempre esteve intrinsecamente ligada à figura de mãe. Conceber um filho era umas das poucas formas de poder exercidas pela mulher, que desde seu nascimento era controlada pelo pai. Após o casamento, o marido passava ao controle, e a mulher, durante séculos, não soube o que era nortear sua própria vida a partir de suas próprias decisões. “Primeiro tinham de obedecer ao pai, acatando a escolha do matrimônio que este fizesse; depois ao marido, que era seu amo, com o apoio da lei. Mas não parava por aí a escravidão feminina: a mulher ainda pertencia aos filhos, e não podia se abster dos trabalhos manuais e da casa, mesmo que gostasse de outras coisas”. (LOBO, 2007, p. 24)

As mulheres, de fato, nunca chegaram a ser senhoras de si. O mito da inferioridade física e mental foi, durante séculos, motivo de opressão por parte daqueles que usavam a força física e financeira para controlar a vida de milhares de mulheres que contribuíram para a construção histórica do Brasil, mesmo após a ocultação da atuação feminina em muitos dos documentos e registros oficiais.

Na obra *História das mulheres no Brasil* (2012), Del Priore organiza uma coletânea de textos de diferentes autores, como Ronald Raminelli, Margareth Rago, Lygia Fagundes Telles e tantos outros, que se propuseram percorrer, historicamente, o caminho das mulheres brasileiras antes, durante e depois da colonização portuguesa. A obra se mostra de extrema importância para a construção teórica que norteia por meio de documentos e relatos o cotidiano de diferentes mulheres, em épocas e lugares igualmente distintos.

Embora a história das mulheres seja resignada à opressão e submissão, vale ressaltar que antes da chegada dos colonizadores, no Brasil indígena, a mulher exercia, em algumas tribos, funções não menos importantes que a dos homens. A divisão de tarefas nas comunidades indígenas era estipulada pela capacidade física de cada índio, não pelo fator biológico. Ser homem ou mulher não era fator de limitação. Essa relação de reciprocidade entre os tupinambás, por exemplo, não se referia somente aos afazeres primários, como caça e pesca, mas também, nas relações que envolviam decisões e outras formas de convívio, inclusive a união sexual.

Desejando se unir, os varões se dirigiam a uma mulher, viúva ou donzela, e perguntavam sobre sua vontade de casar. Se o interesse fosse recíproco, pediam permissão do pai ou do parente mais próximo. Depois de obtida a permissão dos parentes, os *noivos* consideravam-se casados. Não havia cerimônias, nem promessa recíproca de indissolubilidade ou perpetuidade da relação. O marido poderia expulsar a mulher e vice-versa. Se ficassem fartos do convívio, a união estaria desfeita. Ambos poderiam, então, procurar outros parceiros, sem maiores constrangimentos. (RAMINELLI, 2012, P 18)

Relatos coletados por historiadores revelam que entre índios da tribo Tupinambá, o homem garantia segurança às mulheres não por acreditarem na inferioridade de suas companheiras, mas como ato de bravura e respeito para com a mãe de seus filhos. “Os homens protegiam suas mulheres de diversas formas: sempre andavam juntos; longe da aldeia, em lugares perigosos, eles caminhavam na frente para protegê-las de ciladas; se o inimigo aparecesse, eles lutavam, dando oportunidade para que eles fugissem”. (RAMINELLI, 2012, p. 19)

Anos mais tarde, no Brasil colônia, a história das mulheres passou a respeitar as regras trazidas pelos europeus. Se no cenário indígena a mulher era dona de sua sexualidade, podendo escolher diferentes parceiros sexuais antes mesmo do casamento, no Brasil “aportuguesado” os costumes passaram ser outros.

Corre a missa. De repente, uma troca de olhares, um rápido desvio do rosto, o coração aflito, a respiração ofegante, o desejo abrasa o corpo. Que fazer? Acompanhada dos pais, cercada de irmãos e criadas, nada podia fazer, exceto esperar. Esperar que o belo rapaz fosse bem-intencionado, que tomasse a iniciativa da corte e se comportasse de acordo com as regras da moral e dos bons costumes, sob o indispensável consentimento paterno e aos olhos atentos de uma tia ou de uma criada de confiança (de seu pai, naturalmente). (ARAÚJO, 2012, p. 45)

Assim era determinada a sexualidade feminina no Brasil colônia. A mulher não podia escolher seu marido e/ou namorado. Ficava a espera de um pretendente como uma mercadoria exposta em um comércio. O pai era quem determinava com quem a filha se casaria sem a aprovação da filha e nem de sua mãe. Os casamentos eram, na grande maioria, arranjos por conveniência social e econômica.

Essa prática foi intensificada com o passar dos anos, e somente após a revolução feminista que as mulheres começaram a guiar a vida sexual e matrimonial, embora, em pleno século XXI, ainda existam casos esporádicos desse modelo patriarcalista. Além da proibição paterna, a Igreja, também, mantinha duras restrições às mulheres da colônia; a mulher não respondia por seus interesses.

Das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas. (ARAÚJO, 2012, p. 45)

O poder masculino era confirmado em discursos religiosos que pregavam a culpa da mulher decorrente do mito da criação, onde Eva, caindo em tentação, comeu a maçã e conferiu naquele momento a superioridade masculina. Assim, a mulher passa a ser condenada eternamente pelo erro cometido por Eva no Éden.

Nas cerimônias religiosas, constantemente, passagens bíblicas incitavam a inferioridade feminina e promulgavam a sua afirmação enquanto submissa aos poderes masculinos. São Paulo, na *Epístola aos Efésios*, não deixava dúvidas quanto a isso: “As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja... Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos maridos”. (ARAÚJO, 2012, p. 46)

Em *Teoria e Crítica Literária Feminista – conceitos e tendências* (2007) Thomas Bonnici, define o termo patriarcalismo, utilizado nas ciências antropológicas e, mais especificamente, nas teorias de gênero e pelos movimentos feministas, como um sistema organizacional marcado pela figura do patriarca no comando das relações familiares. “Na teoria feminista, o patriarcalismo é definido como controle e repressão da mulher pela sociedade masculina e parece constituir a forma histórica mais importante da divisão e opressão social. É um vazio conjunto universal de instituições que legitimam e perpetuam o poder e a agressão masculina”. (BONNICI, 2007, p. 198)

O homem sempre esteve, historicamente, frente às atividades que promulgavam o acúmulo de bens e capitais. A partir do momento em que a sociedade passou a ser manipulada por preceitos capitalistas, a mulher passou a ser discriminada, uma vez que suas atividades no lar não eram remuneradas e, assim, não faziam parte da divisão de lucros e de heranças.

Com o passar do tempo, novos meios de dominação foram adotados pelos representantes do sexo masculino. Porém, a que sempre esteve presente, mesmo antes da dominação, por superioridade financeira e econômica, diz respeito ao elemento mais evidente no processo de diferenciação entre os gêneros – o sexo, biologicamente determinado.

Simone de Beauvoir (1967) inicia sua obra *O segundo sexo – a experiência vivida*, afirmando que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. (BEAUVOIR, 1967, p. 9) Tal afirmação diz respeito ao fato de crianças, nos primeiros anos de vida, não conceberem diferenças sexualmente distintas entre meninos e meninas. A distinção se torna evidente a partir do momento em que o sujeito, ainda criança, entra em contato com ideologias e diferentes formas de convívio social. “Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade”. (BEAUVOIR, 1967, p. 21)

Embora a diferença biológica, representada pelas características anatômicas e estruturais dos corpos, seja evidente desde o nascimento, não é, de fato, delimitadora de gênero e da identidade dos sujeitos. Enquanto o sexo se mostra como uma condição biológica, o gênero e a formação de identidades são resultados sociais adquiridos a ao longo da vida dos sujeitos. “Entre meninos e meninas, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo”. (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

É na infância que os sujeitos entram em contato com as primeiras inferências do sentido de poder entre os sexos. Enquanto a mãe representa proteção e carinho nos limites exclusivos do lar, o pai se mostra potencialmente superior apenas pelo fato de dominar diferentes espaços, alargando os limites da vida particular ao meio social.

Outro fator evidenciado logo na adolescência diz respeito ao momento onde a força física começa estabelecer diferenças entre os sexos que, até então, não apresentavam significativas alterações estruturais. A grande quantidade de hormônios masculinos faz com que os meninos desenvolvam com mais nitidez músculos e outras partes do corpo, impondo superioridade física em relação ao corpo feminino, onde os hormônios não são direcionados para os músculos e não interferem de forma eficaz no crescimento, mas se voltam para órgãos internos responsáveis pela gestação e reprodução.

Dessa forma, as identidades, tanto femininas quanto masculinas vão sendo, aos poucos, moldadas por hábitos, costumes e culturas da sociedade na qual estão inseridas. Assim, as representações coletivas passam a incorporar as representações individuais, percebendo e avaliando o mundo a sua volta, a partir “de formas de exibição social ou do poder político, tais como se dão a ver pela imagem, pelo rito, pela estilização da vida, por signos e pela arte”. (TEIXEIRA, 2008, p. 26)

Ao passar da adolescência para a fase adulta, o sexo feminino se depara com uma das poucas formas de poder exercidas sobre o patriarcalismo histórico – a maternidade. Toda forma de representação iniciada na infância e que confere inferioridade à mulher, mostra, na mesma condição biológica que serviu de opressão às mulheres, um único motivo de superioridade. Afinal, ela, somente ela, é capaz de gestar e dar à luz a espécie humana.

Houve, porém, um tempo, historicamente marcado entre os séculos XVI e XVII, que no Brasil, assim como em outras regiões do mundo, a mulher, que até então encontrava na maternidade sua única forma de poder e superioridade ao sexo masculino, foi privada de sua função criadora.

Nessa época, muitas mulheres, assoladas por precárias condições financeiras, foram obrigadas a abandonar seus bebês em ruas, becos e cantos obscuros das cidades por não ter meios de criar e educar seus filhos. Ou ainda, por condenação moral imposta pelo pai, caso mulheres de famílias tradicionais engravidassem fora da vida matrimonial, acarretando na má fama do sobrenome perante a sociedade – uma vergonha pública.

Segundo Renato Pinto Venâncio (2012), pesquisador do comportamento feminino frente às situações de abandono materno no período colonial, “entre a população branca, o

comportamento feminino austero era regra imposta e fiscalizada. A mulher branca que assumisse o filho legítimo ficava sujeita a condenação moral”. (PRIORE, 2012, p. 198) Negada do direito da maternidade, as mulheres dessa época protagonizaram uma das mais críticas situações de submissão já registradas pela história.

Esses e outros exemplos da condição feminina, existentes em diferentes sociedades, ocultos de atenção, foram, com o passar do tempo, despertando o interesse da crítica social e antropológica que, em meados de 1960, iniciaram no Brasil a instauração de movimentos feministas dispostos a discutir os problemas de gênero que sempre acompanharam a mulher ocidental, por diferentes formas de opressão e submissão, em diferentes fases da história.

Teorias feministas de Joan Scott, Judith Butler e de outras estudiosas da área, asseguram o gênero enquanto elemento constituinte das mais variadas relações sociais, e afirmam que as diferenças entre os sexos são, na verdade, formas de significar e representar o poder opressor e patriarcal.

Explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como afeitos de uma formação específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual, Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. (BUTLER, 2013, p. 9)

Simplesmente identificar as diferenças que geraram e continuam gerando distinção entre homens e mulheres na sociedade brasileira, não bastam para os estudos de gênero e não respondem aos questionamentos dos movimentos feministas. As diferenças já foram identificadas pela história, o que se propõe, de fato, é analisar como elas influenciam e se deixam influenciar pela sociedade. “Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação”. (BUTLER, 2013, p. 19)

Os movimentos feministas e as teorias de gênero sempre buscaram entender a essência do ser mulher, do identificar-se e do constituir-se enquanto mulher. São nas perguntas sem respostas que essas teorias se fortalecem, permitindo discussões que são, na maioria das

vezes, interpeladas pelo viés social, político e econômico. Os binarismos entre os sexos surgem com a finalidade de ressignificar as diferenças, fazendo delas elementos de individualização e singularidade, não mais de inferiorização.

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especialidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade. (BUTLER, 2013, p. 21)

Os binarismos homem/mulher, masculino/feminino são os mais frequentes nos estudos de gênero. Surgiram com força após os movimentos feministas inocularem sua insatisfação frente à representação social e aos percursos históricos dominantes. Assim, a resistência masculina passou a evidenciar tais binarismos como formas de proteção àquilo que por tanto tempo defenderam. Dessa forma, as diferenças entre sexo e gênero passaram a instaurar uma divisão provocada pela constituição das identidades presentes em cada um de seus representantes.

LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

A história das mulheres no Brasil está aquém dos movimentos feministas e partir do século XX passaram a representá-la, ao promulgarem uma reviravolta no cenário social defendendo posicionamentos contrários ao patriarcalismo exacerbado dos séculos passados, ao fazer da imagem da mulher atual, resultado de constante evolução e transformação. Se hoje é possível visualizar a mulher de vários ângulos, que permitem enxergar sua dinâmica e múltiplas potencialidades, foi porque em algum momento lutas de classes foram travadas de modo a romper com o tradicionalismo hipócrita que sempre esteve presente na sociedade brasileira.

Com o surgimento de movimentos como o socialismo, o feminismo, o movimento sufragista e a Nova Mulher, a história da humanidade redirecionou seus pensamentos. A mulher escravizada pelo homem começou a surgir no seio da sociedade reafirmando seu valor não apenas enquanto mãe, mas também como cidadã, representante de um sexo que durante muito tempo foi oprimido e inferiorizado, mas, com o apoio das novas teorias sociais,

passaram a ser legitimadas em seu próprio meio, onde por séculos foram apenas coadjuvantes de suas próprias histórias.

No século XIX, recuperou-se uma imagem mais nítida das mulheres através de diários, fotos, cartas, testamentos, relatórios médicos e policiais, jornais e pinturas. No século XX elas ganharam visibilidade por meio de livros e manifestos de sua própria autoria, da mídia cada vez mais presente, dos sindicatos e dos movimentos sociais dos quais participam, das revistas que lhes são diretamente dirigidas, dos números com que são recenseadas. Enfim, toda sorte de documentos que o historiador utiliza para desvendar o passado foram largamente consultados para jogar o máximo de luz sobre histórias tão ricas e tão diversas. (PRIORE, 2012, p. 8)

Um dos pontos mais discutidos na representação cultural da mulher recai justamente no fato que a relegou durante anos à submissão, a escrita – literária e documental. Vários poderiam ser os exemplos de escritores que representaram em suas obras a mulher apenas como um objeto manipulado pelo poder masculino. Até mesmo em documentos oficiais, a mulher nunca apareceu como propulsora de uma ação que merecesse reconhecimento na história da humanidade. Os grandes feitos realizados por homens eram igualmente narrados por homens; as mulheres mal apareciam nos bastidores dessas histórias. No Brasil, essa situação era ainda pior.

Quando as mulheres do mundo já se comunicavam, através, por exemplo, das cartas, as correspondências das mulheres de salões, a mulher brasileira estava fechada em casa, vivendo a vida das senhoras das fazendas, da senhora da casa-grande... viviam aprisionadas, não sabiam ler, não sabiam nem sequer escrever, não sabiam coisa nenhuma. Elas viviam numa servidão mais terrível do que as mulheres dos outros países, inclusive da Europa. (TELLES; SHARPE, 1997, 57)

Com o surgimento de movimentos feministas em todo o Brasil, passou-se a questionar a supremacia masculina, fazendo com que, a duras penas, essa realidade começasse insistentemente a mudar, e a mulher passasse a assumir múltiplos papéis, inclusive o de autora de obras que, muitas vezes, sobressaem ao valor estético de obras escritas por homens, fazendo ressoar a afirmação de que a qualidade de uma obra não se faz por meio da limitação frustrada instaurada entre os sexos. O problema do gênero é muito mais do que isso.

Este novo espaço, mais fértil e menos estreito, abre possibilidade a que aí tenham ingresso as questões de gênero e, por esse caminho, se alcance valioso cabedal de informações sobre o modo de interação desses problemas, em seu conjunto, e sobre como, de um lado, a história das mulheres

brasileiras tem registro na literatura do Brasil e, de outro, até que ponto tem a mulher brasileira aceitado ou resistido ao modo convencional como se incorporou à cultura de seu país, no tocante a seus mitos, suas crenças, seu imaginário, sua ideologia. (SHARPE, 1997, p. 15)

Os primeiros registros de escritos afirmados como de autoria feminina não obtiveram muito sucesso. Mulheres envolvidas com política, protestos sociais e agora com a criação literária, não eram vistas com bons olhos pela sociedade do século XIX, ainda enraizada pelos pensamentos patriarcalistas e subalternos nos séculos anteriores. Assim, excluídas de uma efetiva participação nas decisões sociais, as mulheres sentiam-se cada vez mais distantes de ocuparem cargos públicos ou desempenharem qualquer atividade que fosse até então realizada por homens, inclusive a educação lhes era negada.

Descontentes com tamanha discriminação, nos primeiros anos do século XX, mulheres de todo o Brasil, principalmente dos grandes centros como, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes, começaram a publicar matérias em revistas e jornais usando pseudônimos para manter em sigilo sua identidade de escritora. Esse foi o início de uma prática que, mais tarde, viria a ser considerada como um dos maiores ganhos dos movimentos feministas em território nacional – o direito de expressão escrita.

No início do século, foi comum escritoras adotarem, um pseudônimo para encobrirem a identidade, para serem aceitas pelo público. Nas últimas décadas a adoção do pseudônimo passa a ter outra conotação, começa a ser usado como palavra de poder, marca de um batismo privado para o nascimento de um segundo eu, um nascimento para a primazia da linguagem que assinala o surgimento da escritora. (TELLES; SHARPE, 2012, p. 431)

É frequente a leitura de obras canônicas que relatam em suas páginas a história de submissão da mulher na sociedade; obras essas lidas e apreciadas pelas próprias mulheres sem que sua condição fosse identificada, afinal, o modelo patriarcal mantinha a inferioridade feminina que nunca fora, até então, motivo de preocupação para a maioria das mulheres dessa época.

A postura feminina de submissão foi sendo transformada com a mesma intensidade com que os moldes europeus foram balançados por estruturas de novos ideários sociais. Aos poucos as mulheres começaram a sentir necessidade de uma expressão que lhes fora negada por muito tempo. Em 1970, aproximadamente, mulheres começaram a publicar comentários sobre assuntos que envolviam sua vida cotidiana. Tempos mais tarde, cadernos de receitas e dicas sobre cuidados com o lar foram publicados por mulheres: os chamados

cadernos “goiabada”, foram assim intitulados por Lygia Fagundes Telles, fizeram tanto sucesso que jornais renomados se renderam ao lucro frenético que esses assuntos rendiam aos jornais e outros veículos da imprensa. Eis a origem dos chamados “cadernos goiabada”, por definição da própria criadora do termo:

Quando mocinhas, elas podiam escrever seus pensamentos e estados d’alma... nos diários de capa acetinada... Depois de casadas não tinham mais sentido pensar sequer em guardar segredos, que segredos de mulher casada só podia ser bandalheira. Restava o recurso do cadernão do dia-a-dia, onde, de mistura com os gastos da casa cuidadosamente anotados e somados no fim do mês, elas ousavam escrever alguma lembrança ou uma confissão que se juntava na linha adiante com o preço do pó de café e da cebola. (TELLES; SHARPE, 1997, p. 60)

Com o passar do tempo, as mulheres perceberam o descontentamento com seus cadernos de receitas e suas dicas de boa esposa. Ao se depararem com pensamentos mais críticos, os quais fizeram com que sua condição enquanto ser social fosse colocada em questão, mulheres de diferentes partes do mundo, inclusive do Brasil, começaram a repensar suas leituras de texto masculinos que defendiam a subjugação da mulher. “As mulheres, antes de tentarem a pena cuidadosamente mantida fora de seu alcance, precisaram escapar dos textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade, como sonho e devaneio, e tiveram de adquirir autonomia para propor alternativas a autoridade que as aprisionava. (TELLES, 2012, p. 409)

No Brasil, a condição da mulher e sua possibilidade como escritora, foi sendo reavaliada quando leituras de textos de escritores renomados como Machado de Assis passaram a considerar a questão feminina em suas obras. “No contexto da literatura brasileira (e no que diz respeito especificamente à crônica), pode remontar a Machado de Assis o ponto inicial da marcha progressista na percepção do feminino como tropo negativo, para ir assumindo características potencialmente positivas, ou quando menos, ambíguas”. (SHARPE, 1997, p. 45)

Enquanto para a maioria dos escritores homens, a mulher continuava sendo um mero detalhe artísticos em suas obras, outros, como Machado de Assis, foram sutilmente revelando ângulos e identidades femininas que a literatura brasileira ainda não conhecia.

Machado de Assis, um escritor que, entre outras coisas, destacou-se na criação de personagens femininos complexos, resolutos, e altamente não ortodoxos. Dada essa influência em gerações subseqüentes de leitores e escritores brasileiros de ambos os sexos, acredito ser possível argumentar

que Machado de Assis, que nos mostrou a todos uma nova maneira de escrever e que não hesitou em romper com estereótipos e subverter mitos culturais, tornou mais fácil pelo menos do que na América espanhola, onde nenhum escritor de visão, consciente da questão da condição sexual, como Machado de Assis, existe até a metade do século XX. O que quero dizer com isso é que, devido à natureza única de seu trabalho, do qual uma parte considerável trata da caracterização complexa de personagens femininos e das várias relações que determinam as vidas e as identidades de homens e mulheres e não fugiram à dramatização do dilema dos marginalizados da sociedade, Machado de Assis contribuiu para o estabelecimento de um clima criativo, crítico e intelectual do qual as escritoras poderiam emergir mais tarde. (FITZ; SHARPE 1997, p. 29)

Inseridas em narrativas ficcionais de escritores como Machado de Assis, a mulher passa a ser retratada na literatura de modo a reafirmar outras ideologias que, mesmo não tendo muita ressonância na época, fizeram com que no decorrer dos anos a mulher fosse, aos poucos, sendo reconhecida em seu meio. De personagem à escritora, a mulher revolucionou não somente a literatura, mas a vida em sociedade. Passou de mera coadjuvante à personagem principal, podendo, enfim, assinar seu nome nas obras que ganharam o mundo.

Por meio de uma literatura intimista, confessional, cheia de características próprias da essência feminina, a mulher pôde se revelar para o mundo na tentativa de se redefinir, de escrever sua própria história sem medo de opressões, agressão física ou moral. A partir disso, várias perguntas direcionadas mais uma vez para o campo da diferença, cercaram a literatura de autoria feminina. Existe, de fato, uma escrita feminina? E escrita feminista? Qual a diferença entre narrativas escritas por homens e mulheres? Essa diferença realmente existe? Em meio a tantas respostas, uma das mais aceitas e fundamentadas na libertação da expressão feminina é apresentada por Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira (2008), que apresenta a escrita de autoria feminina, como uma relação firmemente estabelecida entre o real e o ficcional.

Uma escrita feminina centra-se na relação cultural de mulheres em sociedade. Não é a escrita que simplesmente fala de mulheres, pois homens sempre escreveram sobre mulheres, sem necessariamente produzirem uma escrita feminina. A escrita feminista busca o menor, o microscópico, perpassa pela leveza estranha, pela delicadeza trágica, a sua política é a da subjetividade. (TEIXEIRA, 2008, p. 42)

Segundo Teixeira, a literatura de autoria feminina não se limita a um campo ou a características universais. “A literatura produzida por mulheres é aquela que envolve o gênero humano, aborda temas universais e que se diferencia por meio do ponto de vista, de temas

abordados, de universos criados e, principalmente, do meio social da qual se origina e das condições antropológicas, socioeconômicas e culturais”. (TEIXEIRA, 2008, p. 48)

Por meio do discurso, as mulheres conseguem projetar a imagem que têm de si próprias e do meio onde vivem, revelando ideias e ideologias muito particulares, que se diferenciam da escrita masculina por apresentarem uma subjetividade inédita dentro da literatura brasileira. Dessa forma, pode-se dizer que o *novo* causa *estranhamento*, e o *estranhamento* é precursor da diferença.

Atualmente a literatura feita por mulheres envolve a conquista da identidade e da escrita, vencidos os condicionamentos de uma ideologia que a manteve nas margens da cultura. Superadas as necessidades de apresentar-se sob o anonimato, de usar pseudônimo masculino e de utilizar-se de estratégias para mascarar seu desejo, a literatura escrita por mulheres engaja-se, hoje, num processo de reconstrução da categoria “mulher” enquanto questão de sentido e lugar privilegiado para a reconstrução do feminino e para a recuperação de experiências emudecidas pela tradição cultural dominante. (TEIXEIRA, 2008, p. 45)

Antes, o preconceito se fortalecia no ato de afirmação de um ser como mulher. Superado esse evento, elas passam a ser novamente vitimadas ao legitimarem-se como escritoras. Por mais que o preconceito recorrente da escrita de autoria feminina tenha sido identificado com maior densidade no início do século XX, ainda hoje, escritoras sofrem a discriminação ao tentarem a projeção no mercado editorial. Muito disse se dá ao fato da comparação das obras de autoria feminina, em sua maioria, aos romances românticos do início do século e a persistência de refletir nessa autoria os velhos cadernos “goiabada”. Afirmação que não se confirma ao serem levadas em considerações obras de cunho político e social pelas quais muitas escritoras têm direcionado com teor crítico de suas obras. Do mesmo modo que escritores, inclusive do cânone, firmaram-se entre narrativas simples que retratavam a superficialidade da condição humana, até os mais interessantes registros históricos baseados em guerras de conquista e em análise da existência humana, a mulher também diversifica os temas dos quais elege para fornecer tratamento literário, embora essa diversidade não seja levada em consideração.

Ora, as escritoras estão perfeitamente conscientes de que ainda hoje um preconceito pesado tende a colorir de rosa qualquer obra de literatura feminina. Apesar da onda dos anos sessenta que envolveu os escritos das mulheres em um grande e esperançoso movimento, não conseguimos vencer a barreira. O preconceito perdura. Pesquisas mostram que basta a palavra

mulher em um título para espantar os leitores homens e abrandar o entusiasmo dos críticos. E embora não precisemos mais nos esconder atrás de pseudônimos masculinos, como no século XIX, sabemos que leitores abordam um livro de maneira diferente quando ele é escrito por uma mulher ou por um homem. (COLASANTI, 1997, p.37)

Esse preconceito que paira em torno da criação literária de autoria feminina nada mais é do que uma resistência social que, imbuída em pensamentos arcaicos ainda considera a mulher como sujeito inferior ao homem. Legitimar uma escritora seria o mesmo que comprovar que a mulher está, de fato, equiparada ao homem em mais uma questão social. “Criadoras, elas escapam ao controle, se transformam em ameaça. Faz-se preciso retirar a força antes permitida. E qual melhor maneira de fazê-lo senão duvidando da autenticidade da sua criação? A mulher narradora, antes aceita sem reservas, é posta em questão”. (COLASANTI, 1997, p. 40)

Mesmo apresentando ideia de uma cultura justa e igualitária, o campo da literatura ainda apresenta preconceitos que o século XXI insiste em sustentar. “Trocado em miúdos: Aceitando a literatura feminina, a sociedade estaria aceitando aquele modelo de mulher que ela própria tanto nega, e que com tanto esforço estamos tentando impor”. (COLASANTI, 1997, 41)

E afinal, o que é literatura? Embora muitas tenham sido as tentativas de resposta, não se pode afirmar com convicção o que a literatura é ou deixa de ser. Se essa questão ainda não está resolvida, seria ignorância tentar responder ou definir a literatura de feminina simplesmente por seu processo autoral.

Não é exagero dizer que elas estão ajudando a transformar a arte de escrever no mundo inteiro. As escritoras brasileiras [...] estão influenciando as maneiras pelas quais a literatura está sendo escrita e compreendida nas várias culturas do globo. Um grande exemplo disso – uma escritora que nos deixou tão precoce e tragicamente – é Clarice Lispector, cujos textos exploratórios e sedutores eram tão altamente valorizados Hélène Cixous que a autora e crítica francesa os considerava a “mais fina prática de escrita feminina”. (FITZ; SHARPE, 1997. p. 23)

Ao atuarem no campo da criação literária, introduzindo inovações estilísticas e fazendo suas vozes ressonarem pelo campo literário, diversas escritoras estão conquistando aos poucos um espaço na literatura nacional e internacional. O que antes era exclusividade masculina, agora divide lugar com o chamado “segundo sexo”, que a cada dia confirma que as

diferenças existem, embora não sejam mais consideradas como fator de submissão e inferioridade.

Mesmo a literatura de autoria feminina, no Brasil, tendo grande repercussão com obras de Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Rachel de Queiroz, Cecília Meireles, que consagraram seus nomes entre o legado literário brasileiro, ainda é frequente a pergunta que indaga se de fato essas e tantas outras escritoras receberam o devido reconhecimento e até que ponto sua condição biológica contribuiu para a aceitação ou negação de seu trabalho enquanto autoras.

As margens, antes ocupadas por mulheres, hoje se fazem ocupar por escritoras. A disputa por um lugar ao centro se torna mais uma vez motivo de luta para mulheres, com a diferença que agora a sociedade não se mostra mais inflexível como antes. As novas identidades se abrem para múltiplas possibilidades, tornando mais uma vez, visível e ressonante, o que durante muito tempo nem sequer produzia sombras e eco. “As escritoras brasileiras estão entrando na esfera internacional de formas variadas: como escritoras, como escritoras latino-americanas, como escritoras brasileiras, ou simplesmente como autoras, como narrativistas do final do século XX, como artistas criativas de primeira linha. (FITZ; SHARPE, 1997, p. 27)

O título que se dá a essas mulheres já não se faz como item de maior importância. A valorização da sua obra por meio de questões que ultrapassam os limites estéticos são muito mais significativos do que o processo de autoria. O reflexo desse novo modelo literário que coloca frente a frente os dois sexos, resulta na criação de narrativas cada vez mais internalizadas, inclusive no que tange a criação de personagens. As mulheres que antes eram representadas como personagens ingênuas e inocentes, passam a delegar funções que refletem diretamente na dinâmica social do século XX. Assim, mulheres mesclam e dividem cenários; ora escritoras, ora personagens, sem em nenhum caso deixar com que os papéis sejam subvertidos e estereotipados.

Escrever, como já foi dito infinitas vezes, é assumir todas as formas, é ser homem, é ser mulher, é ser animal e pedra. O escritor, como o deus marinho Proteu, é criatura cambiante. Mas Preteu mudava apenas de aparência, para iludir outros e esconder-se, enquanto o escritor busca na metamorfose a essência, para entregar-se. E o que sinto em mim, quando diante do computador busco a essência do homem, a essência profunda do animal e da pedra, que me permitirá escrevê-los, o que sinto, intensamente, é que eu a procuro dentro de mim, através de mim, através da minha própria, mas

profunda essência. E que essa é, antes de mais nada, uma essência de mulher. (COLASANTI, 1997, p. 42)

Muitas mulheres, ao assumirem seus papéis enquanto escritoras, desenvolveram uma íntima e particular relação com a linguagem, demonstrando postura dinâmica em relação às mudanças, rompendo com parâmetros e estereótipos que não significam na sua cultura. Assim, a narrativa de autoria feminina desestabiliza os velhos discursos que não se constituem em novas imagens e não reforçam as mudanças da vida cotidiana. Isso faz com que, indiretamente, as narrativas tradicionais sejam atingidas por novas práticas de criação literária, não somente utilizada por mulheres, mas evidenciadas na maioria de suas narrativas.

Ainda hoje, muitas escritoras evitam a exposição com o medo de discriminação e preferem manter sua obra em território neutro, chamado por Marina Colasanti de “utopia andrógina”, a qual prefere não limitar sexo nem na criação nem na criatura. “A natureza semiótica desse ciclo de comunicação evidencia a qualidade desagregadora da linguagem feminina e o esforço para recompor o sistema de crenças que representa uma presença e uma vigência na revolução cultural”. (SHARPE, 1997, p. 53)

As escritoras brasileiras já passaram por dificuldades muito maiores e temerárias que essas enfrentadas no século XXI. O caminho percorrido do anonimato à publicação de obras autênticas e originais foi muito mais intenso do que a questão do reconhecimento estético e cultural de sua produção. “Apesar de todos os equívocos e deformações decorrentes de qualquer revolução, o desafio feito ao universo feminino amadureceu e explodiu inadiável. Inevitável. As demagogias e os erros naturais da inexperiência não prejudicam a causa”. (TELLES, 1997, p. 62.)

Essa atitude de algumas escritoras brasileiras pode ser concebida como uma espécie de isolamento, na tentativa de evitar a exposição de suas obras e de seu nome. Para Luiza Lobo (2007), “Tal isolamento do escritor de livros, que é um dado objetivo, vem somar-se ao isolamento do artista, que existe universalmente, e ao fato da mulher, em nosso século, ainda ter de lutar contra uma série de dificuldades para superar preconceitos, afirmar-se intelectualmente e competir com o escritor do sexo masculino”. (LOBO, 2007, p. 36)

O isolamento artístico e literário a que Luiza Lobo se refere, com o passar dos anos, está se tornando cada vez menos frequente. As conquistas femininas sugerem a literatura como uma manifestação artística e social, e a sociedade, de modo geral, já constatou esse fato. Desde os anos finais do século XX, mulheres saem das margens para ocupar

diferentes espaços, sem medo de opressão. Suas vozes podem ser ouvidas com o mesmo direito masculino, sem distinção de raça, sexo, gênero ou religião.

Realmente, o que se constata no Brasil, nos anos de 1975-85, tanto no plano social quanto no literário, é que as mulheres buscaram e conseguiram se libertar de papéis tradicionais. É plausível também fazer-se distinção entre literatura de mulheres -, escrita por mulheres-, e literatura feminina, isto é, com a voz feminina – distinção que nem sempre é fácil de determinar, mas que depende do estilo e do tipo de sujeito de narração empregado. No entanto, o fundamental não é precisar o que é o essencialmente feminino, como em geral faz a crítica francesa, mas sim o efeito que esta voz “feminina” produz, num texto consciente e contraideológico. (LOBO, 2007, p. 69)

O efeito da voz feminina a que Lobo se refere, não acompanhou os primeiros passos da literatura de autoria feminina no Brasil. Primeiramente, surgiram os textos escritos por mulheres, ignorados, desprezados antes mesmo de serem entendidos e considerados. Depois da crítica feminista já instalada em território nacional, a voz desses e de outros textos passaram a ecoar de forma mais direta e significativa, e temas antes nunca abordados pelo crivo feminino, começaram a surgir no campo literário de autoria feminina. Vale ressaltar que o movimento feminista, no Brasil, iniciou suas atividades no período historicamente marcado pelo sistema político da Ditadura. Não é de se espantar que as primeiras publicações femininas dessa época não tenham sido de todo, bem recebidas, e que, anos mais tarde, ressurgirem com força total no cenário nacional.

Apesar da ditadura no período 1964-1984, cuja abertura política se iniciou em 1979, a participação feminina na literatura brasileira aumentou de forma impressionante no período 1975-85. No decênio anterior, estabeleceu-se o curioso fenômeno de que as mulheres participaram ativamente nas guerrilhas e no movimento político urbano, mas pouco escreveram sobre tais temas políticos na sua ficção. (LOBO, 2007, p. 71)

Lygia Fagundes Telles e Clarice Lispector, por exemplo, revelaram ao mundo uma nova ótica literária, sensível, particular, cheia de características excêntricas e reveladoras. Essas e outras tantas brasileiras, romperam com a tradicional identidade da escritora dos cadernos “goiabada, deixando de lado a voz lastimosa que tratava do corpo, do trabalho doméstico e dos afazeres do lar, para se inserirem na crítica social, nos temas políticos, subjetividades da alma e aprofundamentos filosóficos. “A mera prática da experimentação na linguagem, do uso do imaginário e da inventividade do enredo não basta para inverter os

papéis destinados à mulher pela sociedade – se não houver mudança dos valores estabelecidos. (LOBO, 2007, p. 79)

Identidade, sentido, diferença e mudança, são algumas das palavras que, por hora, norteiam a teoria feminista acerca da literatura de autoria feminina em território brasileiro. De tudo, o que deve permanecer, é a ideia de que “[...] a reflexão sobre a escrita de autoria feminina remete ao processo histórico que a produz, como fenômeno cultural, bem como as relações de poder no contorno de interesses que ocorrem na sociedade e que irão influenciar em seus significados. Dessa forma, é preciso refletir sobre o passado para que se possa compreender o presente. (TEIXEIRA, 2008, p. 67)

REFERÊNCIAS:

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo – a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. 2º Ed. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1967.

BONICCI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá, PR: Eduem, 2007.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 6º Ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.

CHARTIER, Roger. *A força das representações: história e ficção*. Org. João Cezar de Castro Rocha. Chapecó, SC: Argos Editora da Unochapecó, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora, 2011.

HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. Org. Tomaz Tadeu da Silva. *Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. 13º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: RJ: Editora Garamond, 2007.

PRIORE, Mary Del. *História da Mulheres no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2012.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999.

SHARPE, Peggy. *Entre resistir e identificar-se – para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 1997.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. *Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade: cenas paranaenses*. Guarapuava, PR: Unicentro, 2008.

Data de recebimento: 13/09/2014

Data de aprovação: 24/11/2014